

**Luiz Gustavo Boiam Pancotti**

# **BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**TUTELA E SOLUÇÃO DE CONFLITOS  
À LUZ DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS**

**3ª Edição**

**Revista e Atualizada de Acordo com a  
EC 103/2019 (Nova Reforma da Previdência)**

Curitiba  
Juruá Editora  
2020

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**Revisão ortográfica:** a revisão ortográfica e gramatical dessa obra realizou-se sob o encargo e responsabilidade do próprio autor.

**ISBN: 978-65-5605-019-5**



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

P188 Pancotti, Luiz Gustavo Boiam.  
Benefícios previdenciários: tutela e solução de conflitos à luz de princípios constitucionais./ Luiz Gustavo Boiam Pancotti./ 3ª edição./ Curitiba: Jurua, 2020.  
246p.; 21,5cm

1. Previdência social. 2. Benefícios previdenciários.  
I. Título.

0007

CDD 344.02 (22.ed)  
CDU 331.836

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

1175439

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>1 O DIREITO POSTO.....</b>	<b>27</b>
1.1 Considerações Iniciais .....	27
1.2 Sistema Jurídico e Ordenamento .....	30
1.3 Escolas Científicas do Direito Posto.....	33
1.3.1 Positivismo jurídico.....	34
1.3.1.1 O positivismo jurídico de Hans Kelsen .....	35
1.3.1.2 Positivismo jurídico de Herbert Lionel Adolphus Hart .....	39
1.3.1.3 O tridimensionalismo de Miguel Reale .....	41
1.3.2 Pós-positivismo jurídico .....	44
1.3.2.1 O pensamento sistemático e o conceito de sistema de Claus-Wilhelm Canaris .....	45
1.3.2.2 Pós-positivismo de Ronald Dworkin .....	47
1.3.2.3 A teoria jurídica de Robert Alexy.....	50
1.3.3 Neoconstitucionalismo .....	52
<b>2 HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>55</b>
2.1 Hermenêutica Jurídica .....	55
2.2 Elementos .....	57
2.2.1 Método.....	57
2.2.2 Interpretação .....	57
2.2.2.1 Breve histórico.....	57
2.2.2.2 Considerações gerais e conceito .....	59
2.2.2.3 Finalidade de interpretação.....	61
2.2.2.4 O que está sujeito à interpretação jurídica? .....	66
2.3 Nova Interpretação Constitucional.....	67
2.3.1 Operatividade dos princípios constitucionais .....	69
2.3.1.1 Princípio da unidade da Constituição .....	70

2.3.1.2	Princípio da efetividade das normas .....	72
2.3.1.3	Princípio da interpretação conforme a Constituição .....	79
2.3.2	Ponderação de valores .....	83
2.3.3	Teoria da argumentação.....	87
2.3.3.1	Tópica .....	88
2.3.3.1.1	Tópica: conceito e características .....	89
2.3.3.2	Retórica.....	92
2.4	A Pretexo de uma Análise Crítica.....	93
<b>3</b>	<b>PRINCÍPIOS JURÍDICOS.....</b>	<b>97</b>
3.1	Considerações Gerais. Conceito.....	97
3.2	A Origem dos Princípios.....	100
3.3	Princípios e Regras Jurídicas .....	103
3.3.1	Princípios jurídicos e princípio de direito.....	104
3.3.2	Distinção entre princípios e regras jurídicas .....	105
3.3.3	A importância e a função dos princípios jurídicos.....	107
3.4	A Classificação dos Princípios Jurídicos na Constituição.....	111
3.5	Princípios e Direitos Fundamentais .....	112
3.5.1	Princípios políticos constitucionais.....	114
3.5.1.1	Dignidade da pessoa humana.....	116
3.5.1.2	O valor social do trabalho.....	119
3.5.1.3	Sociedade livre, justa e solidária.....	127
3.5.2	Princípios constitucionais da seguridade social .....	128
3.5.2.1	Princípio da universalidade da cobertura e do atendimento .....	129
3.5.2.2	Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	132
3.5.2.3	Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	136
3.5.2.4	Irredutibilidade do valor dos benefícios .....	140
3.5.2.5	Equidade na forma de participação do custeio.....	146
3.5.2.6	Diversidade na base de financiamento.....	148
3.5.2.7	Caráter democrático e descentralizado da Administração .....	149
3.6	Aplicabilidade dos Princípios Fundamentais .....	150

<b>4 CONFLITO DE PRINCÍPIOS NA CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>153</b>
4.1 Conflitos. Noções Gerais .....	153
4.2 Colisão ou Aparente Conflito de Princípios?.....	155
4.3 Modalidades de Conflitos .....	157
4.3.1 Conflito entre normas .....	158
4.3.2 Conflito entre princípios.....	167
4.3.2.1 Conflito entre direitos fundamentais .....	167
4.3.2.2 Conflito entre direito fundamental e outro valor consti- tucional .....	174
4.3.2.3 A dignidade da pessoa humana e os conflitos entre prin- cípios.....	176
4.3.3 Conflito entre princípios e regras .....	179
4.4 Dimensões de Conflitos .....	182
<b>5 SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....</b>	<b>185</b>
5.1 Noções Preliminares .....	185
5.2 Técnicas de Solução de Conflitos .....	188
5.2.1 Ponderação de valores .....	188
5.2.2 Concordância prática .....	191
5.2.3 Proibição do excesso .....	195
5.2.4 A máxima da razoabilidade .....	202
5.2.4.1 Razoabilidade como equidade .....	204
5.2.4.2 Razoabilidade como congruência.....	208
5.2.4.3 Razoabilidade como equivalência .....	211
5.2.5 A máxima da proporcionalidade.....	215
5.2.5.1 Adequação ( <i>Geeignetheit</i> ) .....	217
5.2.5.2 Necessidade ou medida mais benigna ( <i>Erforderlichkeit</i> )..	221
5.2.5.3 Proporcionalidade em sentido estrito ( <i>Verhältnismässigkeit</i> <i>im engeren Sinne</i> ).....	223
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>229</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>235</b>